

## OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PLANO CAMPONÊS EM PELOTAS

NINO RAFAEL MEDEIROS KRUGER<sup>1</sup>; JESSICA SILVA DE AVILA<sup>2</sup>; CRISTINE JAQUES RIBEIRO<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Universidade Católica de Pelotas – [contatorafaelkruger@hotmail.com](mailto:contatorafaelkruger@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Católica de Pelotas – [jessykah\\_ng@hotmail.com](mailto:jessykah_ng@hotmail.com)

<sup>4</sup>Universidade Católica de Pelotas – [cristinejrib@gmail.com](mailto:cristinejrib@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Com o propósito de aumentar a produção agrícola, no final da década de 1940 se iniciou o processo de modernização que a partir de 1966 passou a ser chamado de Revolução Verde. Este período foi marcado pelo desenvolvimento de pesquisas em sementes para adequá-las há tipos específicos de solo; sementes modificadas, e desenvolvidas em laboratório para possuírem alta resistência a diferentes tipos de pragas e doenças, aliando-se à utilização de agrotóxicos poderosos para aumentar a produtividade rural.

Fazendo-se valer de um discurso ideológico de aumento da produção de alimentos para acabar com a fome no mundo, grandes grupos expandiram seu mercado consumidor, e fortaleceram-se através da venda de pacotes de insumos agrícolas, principalmente para países em desenvolvimento como o Brasil.

Boaventura de Souza Santos caracteriza estas relações enquanto:

*localismo globalizado*. Consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, seja a actividade mundial das multinacionais, a transformação da língua inglesa em língua franca, a globalização do fast food americano [...] *globalismo localizado*. Consiste no impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais [...] conversão da agricultura de subsistência em agricultura para exportação como parte do “ajustamento estrutural” [...] A divisão internacional da produção da globalização assume o seguinte padrão: os países centrais especializam-se em localismos globalizados, enquanto aos países periféricos cabe tão-só a escolha de globalismos localizados. O sistema-mundo é uma trama de globalismos localizados e localismos globalizados. (SANTOS 2002)

Este processo de modernização do campo alterou substantivamente a estrutura agrária do país, fazendo com que pequenos produtores que não conseguiram se adaptar às novas técnicas de produção acabassem por contrair muitas dívidas, e sem alternativas venderam suas terras e partiram para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida, aumentando assim o êxodo rural, e conseqüentemente as desigualdades sociais.

O problema para o qual a Revolução Verde se apresentou como solução – a fome mundial – não foi resolvido e outros tantos foram gerados.

A modernidade anuncia o possível, embora não o realize. A modernidade é uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não é capaz de realizar. Mistifica desmistificando porque põe diante da consciência de cada ser humano, e na vida cotidiana de cada um, todo o imenso catálogo de concepções e alternativas de vida que estão disponíveis

no mercado globalizado. Basta ter os recursos para consegui-lo. Mistifica desmistificando porque anuncia que são coisas possíveis de um mundo possível, mas não contém nenhum item no seu mercado imenso que diga como conseguir tais recursos, que faça o milagre simples de transformar o possível em real. (MARTINS, 2008, p. 20)

Tendo como fundamento a ampliação dos direitos sociais universais, e, ações contra as desigualdades geradas pela relação capital e trabalho no sistema capitalista, acadêmicos e profissionais do Serviço Social têm acompanhado a movimentos sociais que procuram enfrentar o modelo antes apresentado, e buscado a garantia dos direitos assegurados aos mesmos por lei, através da efetivação de políticas públicas, ação esta que é preconizada pelo Código de Ética da profissão.

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - **autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;**
- II. **Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;**
- III. **Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;**
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. **Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;**
- [...]
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de **construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;**
- IX. **Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;** (CFESS, 2012, p. 23-24/grifo do autor)

Fazemo-nos valer ainda de textos de: Félix Guattari, Gregório Barembliitt, João Pedro Stedile, Cartilha do Plano Camponês e Cartilha do Programa Agrário do MST, para compreensão das relações micro sociais, análise e avaliação do contexto histórico no qual foi construído o Plano Camponês, relacionando-o com os atores sócio-políticos envolvidos, por meio de observação dos grupos sociais.

## 2. METODOLOGIA

Enquanto observadores, temos acompanhado o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e seus apoiadores nas reuniões da comissão gestora do Programa/Plano Camponês no município de Pelotas. Utilizamos a metodologia qualitativa, com pesquisa documental e bibliográfica, para produção, coleta, e análise dos dados. Desta forma, temos desenvolvido o trabalho, pela possibilidade de análise do contexto, como pesquisador se colocando em condições de compreender as particularidades da forma de organização dos movimentos sociais envolvidos. Também participamos de atividades promovidas pelos envolvidos nesse processo para compreendermos de forma mais profunda suas relações e nos aproximarmos da gênese de seus debates.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acompanhamento aos movimentos sociais nos levou a procurar entender os processos e modelos de produção agrícola, que tem sido proposto pela agroindústria transnacional e pelos movimentos contra-hegemônicos que buscam o resgate do modo de produção familiar. A análise da relação entre movimentos sociais urbanos e camponeses, nos fez perceber que a luta dos mesmos é a luta pela garantia de direitos de toda a sociedade. Visto que o direito de produção e consumo de uma alimentação saudável, é de todos e para todos, pois assim foi estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e reafirmado pela Constituição Brasileira em 1988. A não garantia destes direitos tem feito com que movimentos sociais e profissionais das mais diversas áreas se mobilizem e organizem-se em torno da elaboração e efetivação de políticas públicas que possam trazer respostas a estas mazelas sociais. E é neste contexto que se apresenta o programa citado anteriormente, chamado de Programa/Plano Camponês. Como alternativa de estabelecimento de uma contracultura de produção e alimentação, estimulando uma produção diversificada que não faz uso de agrotóxicos, onde parte da produção destina-se ao autoconsumo da família e parte insere-se no mercado. Mercado este que a cada dia ganha mais consumidores por se tratar de alimentos mais saudáveis onde o produtor estabelece uma relação diferente com a terra, o que tem sido chamado de produção agroecológica.

A agricultura camponesa trabalhando para o abastecimento interno, e para o desenvolvimento pessoal de todos os envolvidos, em um formato de produção que envolve toda a família, em uma relação cultural com a terra, em uma educação de preservação e subjetiva relação com a natureza, uma forma de vida comunitária que produz sujeitos integrados às questões políticas e tem aproximado os movimentos sociais. Ainda cria condições para a permanência do homem no campo, elevando sua renda e consciência social, principalmente do jovem, melhorando sua qualidade de vida. Trata-se de um programa de promoção, valorização e sustentabilidade da agricultura familiar e de articulação e fortalecimento dos movimentos sociais do campo e da cidade.

#### 4. CONCLUSÃO

São notórias as conquistas alcançadas através da união e trabalho conjunto dos movimentos sociais que temos acompanhado: cursos profissionalizantes através do PRONATEC com turmas exclusivas para os mesmos, avanço em pautas de difícil encaminhamento, e a efetivação do Programa/Plano Camponês no Estado do Rio Grande do Sul. Somente na cidade de Pelotas, 612 famílias cadastradas junto MTD serão alcançadas pelo programa, que já esta sendo operacionalizado e prevê a distribuição de alimentação que tem sido produzida de forma agroecológica para as mesmas, em forma de sexta básica, pelo período de um ano.

Nas relações dos movimentos sociais contemplamos a materialização de políticas públicas e programas do governo federal e estadual, e o fortalecimento desses movimentos frente às lutas que enfrentam em defesa de seus direitos. Aproximar a cidade do campo faz com que os envolvidos percebam nessas relações que a qualidade do alimento é fundamental para o seu desenvolvimento, e assim se cria um ambiente para outras discussões, a soberania alimentar é um exemplo. Alimentos com qualidade, como devem ser produzidos e como devem ser distribuídos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

CFESS. **Código de ética do/a Assistente Social**. Brasília: Imprensa do CFESS, 1997.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas, SP: Papyrus, 1990.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**: Cotidiano e História na modernidade anômala. São Paulo: 2ed. rev. ampl. Ed. Contexto, 2008.

SANTOS, B. de S. **“Os processos de Globalização”** in A Globalização e as Ciências Sociais, São Paulo: Cortez, 2002.